

CAPÍTULO II

Economia Romana no Início do Principado

Pedro Paulo Funari

Renata Senna Garraffoni

Introdução

Os estudos sobre a economia romana têm suscitado grandes debates entre os especialistas desde o início do século XX. Talvez a mais antiga discussão seja a travada entre os “primitivistas” e os “modernistas”: os primeiros, encabeçados por Rostovtzeff e seus seguidores, e os segundos, por Finley e seus alunos. Dentre as particularidades de cada modelo, é importante ressaltar que há uma diferença metodológica marcante, pois, enquanto os primeiros valorizam o papel da cultura material para o estudo da economia romana, os segundos dedicaram pouca atenção a este tipo de fonte (REMESAL, 2002:78).

Muito embora vários conceitos empregados por Rostovtzeff tenham sido duramente criticados por se aproximarem muito do moderno capitalismo, sua ênfase na Arqueologia sempre chamou a atenção daqueles que discordam dos modelos de Finley, desenvolvidos a partir do conceito de “cidade consumidora”, proposto por Max Weber. Estes modelos, de matriz weberiana, partem de uma concepção normativa e homogeneizadora das sociedades antigas e, nos últimos anos, no contexto do pós-modernismo, têm sido muito criticados por sua falta de

atenção à heterogeneidade e diversidade¹⁷. A economia antiga, neste contexto, é encarada como uma totalidade, homogênea, caracterizada por relações pessoais (face a face), fundadas na ética contrária ao esforço, considerado como *ponos*, a partir de um *ethos* urbano, masculino, de elite e, no limite, representado por alguns pensadores antigos. A insatisfação com esses modelos normativos deriva tanto de considerações epistemológicas como empíricas.

De fato, a generalização do *Idealtypus* neo-weberiano não se coaduna com as discussões recentes, nas Ciências Humanas, em geral, sobre a fluidez e diversidade das relações sociais, tanto no presente quanto no passado. Assim como, no mundo atual, a globalização e o capitalismo não são compartilhados por todos, em toda parte, da mesma maneira, menos ainda se poderia admitir tal uniformidade no mundo antigo. Em seguida, desde o início do século XX, multiplicaram-se os estudos da cultura material, em especial do *instrumentum domesticum*, prenes de dados sobre a economia antiga que mostram uma variedade de situações, muito distante daquela uniformidade primitivista. A Arqueologia, ao voltar-se para o corriqueiro e o comum, para os artefatos de uso cotidiano, passou a apresentar um manancial de informações sobre a produção e trocas econômicas, cuja interpretação requeria modelos interpretativos que dessem conta da diversidade de situações históricas e sociais.

Dentro deste contexto, pretendemos analisar as contribuições da Arqueologia para o estudo deste aspecto da vida romana. Se havia diversidade, não caberia, a nosso juízo, propor um discurso que desse conta da economia romana durante o Principado, como se existisse uma economia. Almejamos mostrar, a partir de um estudo específico, como atuavam, no mundo romano durante o Principado, forças variadas, tanto de mercado como políticas, articuladas de diversas maneiras. Para tanto, tomaremos como ponto de partida os estudos de ânforas romanas, em especial as conhecidas como Dressel 20, utilizadas para transportar azeite produzido na província da *Baetica*, atual sul da Espanha. Estas ânforas apresentam selos com uma série de informações que são de grande valia para o pesquisador moderno interessado em explorar aspectos da economia romana. Apesar da fragmentação dos dados, as análises deste tipo de documentação têm-se mostrado muito profícuas para o estudo da produção de alimentos e sua distribuição para diferentes regiões do Império Romano. São estes aspectos que procuraremos abordar ao longo das páginas seguintes.

¹⁷ As críticas aos modelos normativos encontram-se explicitadas, com referências bibliográficas, em outro trabalho de nossa autoria, ao qual remetemos (Funari e Garraffoni, 2004), assim como no livro de um de nós (Garraffoni, 2002).

Cultura Material e Fonte Escrita

Atualmente, a importância da Arqueologia para os estudos sobre a economia romana está bem mais difundida que há algumas décadas atrás. Muitos pesquisadores têm ressaltado a importância de buscar perspectivas de análise mais plurais que não restrinja a Arqueologia ao papel de confirmar a documentação escrita remanescente (FUNARI, 2002; STOREY, 1999, por exemplo). Esta postura questiona visões mais tradicionais nas quais a cultura material é utilizada para ilustrar os textos romanos e procura estabelecer metodologias em que a Arqueologia é tratada com um *status* independente, desafiando os pesquisadores a produzirem novas abordagens e ampliarem os horizontes estudados.

Entre os especialistas que defendem a confrontação dos documentos escritos e a cultura material há diferentes posturas: alguns defendem a ideia de que uma categoria de fontes complementa as lacunas da outra, outros procuram as contradições inerentes a cada tipo de documento e as diversas respostas que cada um pode nos fornecer (FUNARI, HALL e JONES 1999). Analisando cada documento em seu contexto, percebemos uma multiplicidade de aspectos que torna mais rica e dinâmica a interpretação da organização econômica romana.

Se recorrermos aos textos produzidos pela elite romana no início do Principado, seguramente encontraremos vários relatos de Columela, Plínio ou Estrabão sobre questões relacionadas à economia romana. Ao lermos a *Geografia*, de Estrabão, por exemplo, encontramos uma série de dados que evidencia alguns aspectos socioeconômicos do período. No entanto, como o geógrafo possuía um estilo de escrita que se inseria dentro de um discurso político preocupado em relatar a geografia física e as riquezas dos territórios dominados, seu olhar estabeleceu inúmeros juízos de valores, ressaltando a barbaridade dos povos conquistados e, muitas vezes, ignorando suas técnicas e produção.

Neste sentido, embora Estrabão nos forneça pistas sobre a administração imperial, sobre a vida dos povos conquistados, sobre a geografia, as políticas empregadas, seu olhar é parcial e pouco tem a dizer sobre a organização do comércio ou das *uillae*, onde se cultivam os produtos e produzem-se os recipientes para transportá-los. As informações presentes em seu texto não fornecem elementos para pensarmos, por exemplo, a produção e distribuição do azeite, elemento fundamental na dieta mediterrânea. Aqui, então, a cultura material desempenha um papel decisivo: um estudo das *uillae* poderia nos fornecer dados relevantes para diversas interpretações sobre o cotidiano de seus moradores, sobre a utilização espacial do local e suas transformações, bem como os processos de cultivo de uvas, azeitonas, cereais, a produção de azeite, vinho e ânforas para o transporte dos produtos (GARRAFFONI, 2001).

Um bom exemplo das contribuições da Arqueologia para uma maior compreensão da produção econômica romana são as escavações das *uillae* situadas nas proximidades do rio Guadalquivir, atual sul da Espanha. A análise de suas estruturas indica que a parte rural da *Hispania* romana não era somente responsável pela produção de alimentos, mas também dos recipientes para transportá-los. As ânforas ali produzidas são encontradas em longínquas partes do Império como a *Britannia* ou *Gallia*. Além disso, uma infinidade de exemplares foi acumulada no Monte Testaccio, em Roma, que quase na sua totalidade é formado por restos de ânforas oleárias béticas conhecidas como Dressel 20 (REMESAL, 2002).

A imensa quantidade de ânforas, encontradas em diferentes partes do Império Romano, levou à criação de uma disciplina específica, dentro da Arqueologia, para o estudo deste material: a Anforologia. Entre os arqueólogos, a ânfora, como objeto de estudo da Anforologia, é constituída por conceitos e critérios inerentes à própria disciplina. Sendo assim, a ânfora é definida como um recipiente cerâmico, destinado ao armazenamento e transporte de produtos líquidos a longa distância (FUNARI, 1985).

Tal definição restringe-se, portanto, ao vaso-recipiente e não inclui a ânfora decorada e destinada ao comércio com valor artístico intrínseco. As ânforas decoradas são restritas às práticas sociais de um só grupo, enquanto a outra categoria, a de vaso-recipiente, é um *instrumentum domesticum* e, por isso, objeto de uso cotidiano de várias camadas da população.

Ao estudar esta documentação, o especialista leva em conta a análise dos níveis epigráfico e morfológico para, a partir destes dados, repensar a composição, comercialização e controle administrativo do Estado sobre essas ânforas (FUNARI, 1987). Com relação à epigrafia, destacamos a análise tipológica das letras para, através de comparações com outras já datadas, descobrir o período em que foram escritas e também o controle do peso do vaso e do conteúdo destas ânforas (FUNARI, 1987:215).

Já os critérios morfológicos são importantes na medida em que ajudam a pensar suas dimensões absolutas, isto é, altura e largura e elementos da técnica e instrumentos específicos do oleiro como, por exemplo, a forma da pança e a colocação das alças, já que em geral as ânforas são encontradas fragmentadas e raramente inteiras.

A análise da epigrafia e forma das ânforas seria, então, o primeiro passo do trabalho. Mais do que apresentar somente os dados coletados, muitos especialistas procuram estudar seu conjunto no contexto do abastecimento interprovincial romano. Esta postura tem indicado o caráter dinâmico da economia romana,

intimamente ligada ao exército e à administração imperial. Um estudo de caso tornará estas relações mais claras.

Abastecimento Militar na Britânia Romana: Repensando a Economia Antiga

Os romanos foram à Bretanha com o propósito de estabelecer um sistema que poderia possibilitar um suprimento de mercadorias a serem tiradas de Roma e do meio do Império¹⁸. O exército foi a base do Estado, e a criação de um grande exército permanente por Augusto foi a arma secreta do Império. As tropas armadas pretendiam suprimir dissidências internas mais que os tratados externos e, por essa razão, Martin Goodman (1997) chegou a ponto de dizer que o Império foi controlado pelo terror militar (NORR, 1966:123).

Tácito (Ann. 2,36) refere-se a esse conhecido segredo como *arcana imperii temptari* (“o mecanismo secreto do governo é atacar”). Justificava-se a presença de tropas auxiliares afirmando-se que o domínio romano traria benefícios de paz e prosperidade para aqueles que cooperavam com o domínio imperial.

O exército não só conquistou a Bretanha, como foi o instrumento de organização de toda a província. As planejadas cidades romanas apareceram rapidamente, sendo o modelo explicativo para tal a existência de assentamentos nucleares durante a Bretanha pré-romana, particularmente no sudeste (JONES, 1991:53). Martin Millett produziu o mais compreensível estudo desse processo, propondo que as primeiras *ciuitates* tivessem como base os grupos sociais da tardia Idade do Ferro pré-romana (MILLETT, 1990a). A incorporação das elites tribais as teria transformado nos *decuriones* das *ciuitates*. Tal modelo analítico é assentado num princípio normativo subjacente e supõe que a população possa ser aculturada, isto é, transformada de ser britânico em ser romano. A aristocracia nativa não precisou ser forçada a tornar-se romanizada, já que pela emulação teria encorajado as pessoas a aspirar coisas romanas, desse modo espalhando a cultura romana (MILLETT, 1990b:38).

Aculturação como um modelo sociológico tem, contudo, sido bastante criticada. Ela implica dizer que de algum modo as pessoas abandonavam a própria cultura por uma outra, geralmente julgada como superior. As sociedades britânicas não eram homogêneas, nem era a romana, logo ir de nativo a romano é um conceito igualmente ilusório por assumir homogeneidade onde existe

¹⁸ Hingley, 1982; sobre os contatos entre Bretanha e a costa Atlântica, cf. Cunliffe, 2001.

heterogeneidade, tanto nas comunidades bretãs como na sociedade romana (SHENNAN, 1994; UCKO, 1994; JONES, 1997). Mesmo as elites nativas eram divididas, incluindo facções cujo *status* era diferentemente atribuído e alcançado e de quem os interesses eram contraditórios, como César (**B.G. 6, 13**) mostra claramente, quando descreve os *equites* e os *druídas* na Gália (WOOLF, 1988:117 *et passim*; WEBSTER, 1999:16 *et passim*). O mesmo se aplica aos romanos, como mercadores, soldados e oficiais, para mencionar apenas alguns grupos, os quais possuíam diferentes posições sociais na Bretanha. Dentro do discurso arqueológico, a romanização implica a existência de uma cultura material romana distinguível a ser adotada pelos nativos; novamente, porém, existem muitos itens diferentes e frequentemente contraditórios associados à cultura material, em diversos contextos na sociedade romana. O uso do termo “romanização” pode deste modo ser ilusório.

Nesse contexto, o exército romano era tanto homogêneo como heterogêneo, contendo pessoas de diferentes origens e experiências, soldados e oficiais, controlados, porém, por um comando unificado. O abastecimento de azeite de oliva deve ser compreendido nesse pano de fundo, sendo seu uso uma opção cultural. Mas esse não era o caso, dado que o exército era controlado diretamente pelo estado (**Ulp. Dig. 3,2,2**), e mesmo que as unidades providenciassem seus próprios suprimentos, como mostra a evidência arqueológica, a obtenção de suprimentos era determinada por alguns princípios oficiais gerais (REMESAL, 1986; WHITTAKER, 1994:112, 293). O contrato de azeite de oliva poderia ser estabelecido com negociantes ou produtores específicos, embora o azeite como um produto não fosse uma opção livre e neutra. A referência a sandálias, meias e ceroulas nos registros militares provenientes de Vindolanda mostra que as unidades do exército tinham liberdade para comprar ou obter tais itens (BIRLEY, 1990:19), enquanto, por outro lado, as ânforas Dressel 20 do mesmo local indicam que os oficiais se utilizavam de uma rede de abastecimento militar para trazer, em alguma quantidade, um produto imposto, o azeite de oliva.

Evidência Arqueológica da Bretanha: Ânforas Dressel 20

O azeite de oliva produzido na Bética, no extremo sul da Espanha,¹⁹ foi exportado em grandes vasos globulares para conservação, Dressel do tipo 20. Elas são classificadas também como Peacock and Williams classe 25, Beltrán V,

¹⁹ Todos os dados foram originalmente publicados por Carreras e Funari (1998).

Ostia I e Callender 2 (PEACOCK e WILLIAMS, 1986:136). Essas ânforas foram produzidas pelo menos desde 40 d.C. até 260 d.C. Carregavam selos que se referiam ao *tria nomina* (produtores do azeite de oliva, proprietários do azeite de oliva) e/ou à *figlinae* (fornos produtores), tanto quanto inscrições pintadas que controlavam dados do peso do recipiente e do azeite, *tria nomina* no genitivo (o mercador) e a capital *conuentus*, além de outras informações. Durante o primeiro estágio das suas jornadas, o carregamento de ânforas era transportado em barcaças. Uma vez que chegavam a *Hispalis*, elas eram transferidas para grandes navios marítimos para o segundo estágio (KEAY, 1988:98-104). Os grandes navios pertenciam a ricas famílias, que agiam no comércio como *societates* (FUNARI, 1991). Mercadores eram os homens entre os produtores de azeite e seus clientes, particulares e em estado de igualdade (FREYBERG, 1988:33). Eles compravam e vendiam contratos para transporte do azeite a diferentes destinos, além da Bretanha.

Uma amostra de algumas centenas de selos de Dressel 20 da Bretanha servirá ao nosso propósito de mostrar o papel do exército romano, modelando o consumo de azeite de oliva na província. Os locais britânicos são divididos em três áreas: o Sudeste (SE), onde havia uma presença precoce de um exército e posteriores grandes cidades, País de Gales e Muralha de Adriano, ambos fortemente associados à fronteira e à presença de tropas romanas. A organização administrativa do vale bético no sudeste da Espanha foi assentada numa divisão territorial da província em quatro *conuentus iuridici*. Nós não sabemos exatamente quando esses *conuentus* foram estabelecidos na Bética, mas a maioria dos autores concorda que eles foram organizados em algum período entre os últimos anos de Augusto e Cláudio (CORTIJO 1993:131 *et passim*). É, portanto, mais provável que os primeiros selos de Dressel 20 tivessem sido produzidos já sob a divisão estrutural dos *conuentus*.

As Implicações da Evidência Arqueológica

A evidência arqueológica proveniente da Bretanha sugere que o óleo de oliva espanhol foi distribuído através de um sistema de fornecimento, associando canais oficiais com a iniciativa privada. As fontes literárias tradicionais simplesmente não estavam interessadas no consumo de azeite de oliva por diferentes estratos sociais na periferia do Império, portanto a evidência arqueológica é única e insubstituível. Ademais, discursos analíticos modernos baseados na parcialidade da literatura antiga podem ser desafiados por uma nova e independente evidência arqueológica. Os selos das Dressel 20 servem muito bem a este propósito. O sistema militar de abastecimento fortemente especializado

não foi uma resposta simples e direta à demanda do mercado (WHITTAKER, 1985:57; REMESAL, BARI 1999, 251). Este livre mercado esteve associado com redistribuição política, mais provavelmente através da *praefectura annonae* em Roma, mas também no nível das unidades militares, estabelecendo contratos com áreas únicas de produção (HERZ, SUTTGART 1988a; HERZ, 1988b; CARRERAS, 1997; REMESAL, 2000; MIERSE, 1999).

Uma aproximação arqueológica pós-processual e contextual é útil para o entendimento numa via crítica do uso de azeite de oliva na Bretanha. Relações de poder expressas em termos de conceitos como dominação e resistência, desproporção, os colonizadores e os colonizados e, assim por diante, têm sido um foco central da pesquisa arqueológica na última década (FUNARI, JONES and HALL 1999; PATTERSON, 1997). O papel ativo que o mundo material exerce nos discursos de poder e identidade está claro no caso do azeite de oliva na Bretanha. A identidade e a posição das pessoas estavam relacionadas ao azeite de oliva em diferentes direções. O azeite de oliva foi um potente símbolo de um poder dominante, particularmente como parte de uma estrutura militar de abastecimento; e foi utilizado por motivos culturais: “no mundo antigo, o azeite fazia parte da alimentação básica, mas também poderia ser encontrado em usos medicinais, higiênicos, ritualísticos, em outros inúmeros propósitos como iluminação e outros serviços.”²⁰

Na Bretanha, primeiramente, ele provavelmente significa um símbolo, voluntário involuntário, de adesão ao Império Romano. O exército romano teve um papel ativo nesse respeito por sua estrutura de abastecimento ter auxiliado a expandir valores e costumes romanos. Para os soldados das ilhas do Norte e para os bretões nativos, o uso do azeite de oliva foi, primeiramente, uma prova de adesão ao Império.

A evidência arqueológica, para o estudioso da economia antiga, por sua parte, mostra-se essencial ao fornecer elementos que ultrapassem os horizontes homogeneizadores das abordagens normativas que tomam os discursos de alguns autores antigos como reveladores de um *Idealtypus* cidadão, consumidor, irracional, primitivo e uniforme. A Arqueologia permite observar o quão complexa, diversa e heterogênea era a economia e sociedade romanas durante o Principado. O avanço de nosso conhecimento da economia romana durante o Principado dependerá, portanto, não da aplicação de modelos normativos e homogeneizadores, mas da multiplicação de estudos específicos que busquem

²⁰ Jacobsen, 1995:30, tradução de nossa autoria.

explicar a diversidade de situações históricas concretas e, para isso, a Arqueologia terá muito a contribuir.

Agradecimentos:

Agradecemos aos seguintes colegas: César Carreras, Norma Musco Mendes, José Remesal e Victor Revilla. Mencionamos, ainda, o apoio institucional do CNPq (processo 521953/1995-2NV), da FAPESP (processo 02/00923-7), do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, dos colegas do Grupo de Pesquisa *Arqueologia Histórica*, sediado no NEE/UNICAMP e cadastrado no CNPq, do CEIPAC, da Universidad de Barcelona, da Universidade Federal do Paraná. A responsabilidade pelas ideias, naturalmente, restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS

Documentação

ESTRABÃO. *The Geography of Strabo*, Loeb, Harvard University Press, Londres, 1988, vol. III.

Bibliografia

- BIRLEY, R. *The Roman documents from Vindolanda*, Newcastle, 1990.
- CARRERAS, C.; FUNARI, P.P.A. *Britannia y el mediterráneo: estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britania*, Barcelona, 1998.
- CARRERAS, C. ‘Los beneficiarios y la red de aprovisionamiento militar de Britannia e Hispania’, *Gerión*, 1997.
- CORTIJO, M.L. *La administración territorial de la Bética romana*, Córdoba, 1993.
- CUNLIFFE, B. *The Atlantic and its Peoples*. Oxford, 2001.
- FREYBERG, H.U. VON. *Kapitalverkehr und Handel im römischen Kaiserreich 27 v.Chr.-235 n.Chr.*, Freiburg im Bresigrau, 1988.
- FUNARI, P.P.A. ‘Dressel 20 amphora inscriptions found at Vindolanda: the reading of the unpublished evidence’, 1991. In: V.A. Maxfield and M.J. Dobson (edd.), *Roman Frontier Studies 1989*, Exeter.

- FUNARI, P.P.A.; GARRAFFONI, R.S. "História Antiga na sala de aula". In: *Coleção Textos Didáticos*, Campinas, 2004
- FUNARI, P.P.A. "A anforologia – Uma nova disciplina arqueológica". In: *Revista de História*, S.P., n°118, pp.161-170, 1985.
- FUNARI, P.P.A. "Estudo tipológico das ânforas béticas (Dressel 20) de CA. 149 d.C.", *Dédalo*, S.P., pp. 209-233, 1987.
- FUNARI, P.P.A. "The consumption of olive oil in Roman Britain and the role of the army". In: *The Roman Army and the Economy* (ERDKAMP, P. – org.), J.C. Gieben, Amsterdã, pp. 235-263., 2002.
- FUNARI, P.P.A.; HALL, M.; JONES, S. *Historical Archaeology, Back from the edge*, Londres, 1999.
- FUNARI, P.P.A.; GARRAFFONI, R.S. *A História Antiga na Sala de Aula*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.
- FUNARI, P.P.A.; HALL, M.; JONES, S. (eds) *Historical Archaeology, Back from the edge*. London and New York: Routledge, 1999.
- GARRAFFONI, R.S. "Cultura material e fontes escritas: uma breve discussão sobre a utilização de diferentes categorias documentais em um estudo sobre as práticas cotidianas dos romanos de origem pobre". In: *LPH – Revista de História*, vol. 11, pp. 33-57, 2001.
- GARRAFFONI, R.S. *Bandidos e Salteadores na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- GOODMAN, M. *The Roman World, 44BC-AD 180*, Londres e Nova York, 1997.
- HERZ, P. *Studien zur römischen Wirtschaftsgesetzgebung: die Lebensmittelversorgung*, Suttgart, 1998a.
- HERZ, P. 'Der praefectus annonae und die Wirtschaft der westlichen Provinzen', *Ktema* 13, 1998b.
- HINGLEY, R. 'Roman Britain: the structure of Roman imperialism and the consequences of imperialism on the development of a peripheral province'. In: D. Milles (ed.), *The Romano-British countryside. Studies in rural settlement economy*. Londres, 1982.
- Jacobsen, G. *Primitiver Austausch oder freier Markt? Untersuchungen zum Handel in den gallisch-germanischen Provinzen während des römischen Kaiserzeit*. Heidelberg, 1995.
- JONES, R.F.J. 'The urbanization of Roman Britain'. In: R.F.J. Jones (ed.), *Roman Britain: recent trends*. Sheffield, 1991.
- JONES, S. *The archaeology of ethnicity, constructing identities in the past and present*. Londres e Nova York, 1997.
- KEAY, S. *Roman Spain*. Londres, 1988.
- MIERSE, W. E. 'Review of Britannia y el Mediterráneo, by C. Carreras and P.P.Funari'. *Pyrenae* 30, 1999.
- MILLETT, M. *The Romanization of Britain. An essay in archaeological interpretation*, Cambridge, 1990a.
- MILLETT, M. 'Romanization: historical issues and archaeological interpretation'. In: M. Millett (ed.), *The Early Roman Empire in the West*. Oxford, 1990b.
- NORR, D. *Imperium und Polis in der Hohen Prinzipatszeit*. Munique, 1966.
- PATTERSON, T. *Inventing western civilization*. Nova York, 1997.
- PEACOCK, D.P.S; WILLIAMS, D.F. *Amphorae and the Roman economy*. Londres, 1986.
- REMESAL, J. *La annona militaris y la exportación del aceite bético a Germania*. Madri, 1986.
- REMESAL, J. 'Politica e regimi alimentari nel Principato di Augusto: il ruolo dello stato nella dieta di Roma e dell'esercito'. In: D. Vera (ed.), *Demografia, sistemi agrari, regimi alimentari nel mondo antico*. Bari, 1999.
- REMESAL, J. 'L. Marius Phoebus mercator olei hispani ex provincia Baetica. Consideraciones en torno a los términos mercator, negotiator y diffusor olearius ex Baetica'. In: G. Paci (ed.), *Epigraphai. Miscellanea epigrafica in onore di Lidio Gasperini*. Tivoli, 2000.
- REMESAL, J. 'Heeresversorgung im frühen Prinzipat. Ein Art, die antike Wirtschaft zu verstehen'. In: *Münstersche Beiträge z. antiken Handelsgeschichte*, pp. 69-84, 2002.
- SHENNAN, S. 'Introduction: archaeological approaches to cultural identities'. In: S. Shennan (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. Londres e Nova York, 1994.
- SOTREY, G.R. "Archaeology and Roman Society: Integrating Textual and Archaeological data". In: *Journal Of Archaeological Research*, vol. 7, n° 3, pp.203-248, 1999.
- UCKO, P. 'Foreword'. In: S. Shennan (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. Londres e Nova York, 1994.
- WEBSTER, J. 'At the end of the world: Druidic and other revitalization movements in post-conquest Gaul and Britain'. *Britannia* 30, 1999.
- WHITTAKER, C.R. 'Trade and the aristocracy in the Roman empire'. *Opus* 4, 1985.
- WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. Baltimore, 1994.
- WOOLF, A. 'Romancing the Celts, a segmentary approach to acculturation'. In: R. Laurence and J. Berry (edd.), *Cultural identity in the Roman Empire*. Londres 1988.